

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Edital 127/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
127/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	14/05/2026 12:52 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000645/2026-33

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO

90099/2026

CONTRATANTE (UASG)
(254445)

OBJETO

Aquisição de materiais de construção

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 15/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DO TERMO DE CONTRATO	14
10. DOS RECURSOS	15
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS),

[PREGÃO ELETRÔNICO] Nº 90099/2026 (Processo Administrativo nº 25386.000645/2026-33)

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de materiais de construção, para atendimento a Bio-Manguinhos., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 sociedades cooperativas;

2.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.13 pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.2 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no

artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1 empresas brasileiras;

6.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1 Sicaf;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1 conter vícios insanáveis;
- 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que compreve:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a

proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso

para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 11.2.1 advertência;
- 11.2.2 multa;
- 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@bio.fiocruz.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Anexo II –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

13.11.1.2. Anexo III – Termo de Ciência e concordância;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.2 Anexo V – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.3 Anexo VI – Especificação Complementar

13.11.4 Anexo VII - Portaria nº 01/2026-0

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 273/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
273/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ALBERTO DO NASCIMENTO BEZERRA	14/05/2026 12:50 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.000645/2026-33

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Pregoeiro

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

(Processo Administrativo nº 25386.000645/2026-33)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Aquisição de Materiais de construção, para atendimento a Bio-Manguinhos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ItemR CO	Item	Material	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	10665	GANCHO ADESIVO PLASTICO;GRANDE;REMOVIVEL;ATE 2,3KG;3M	UN	20,00		
2	19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	2,00		
3	26932	FITA,AUTOADESIVA;MULTIUSO;10MX30CM	UN	6,00		
4	33015	SACO,RAFIA;ENTULHO;60X90CM;50KG;PT100UN	PT	1,00		
5	33172	SELANTE,ACRILICO;SIKAFLEX;CINZA;1A PLUS,SIKA	BI	20,00		
6	36553	FORRO;MODULAR;MINERAL;BA;15X625X1250MM	UN	94,00		
7	37105	GONZO;FERRO;1/2"	UN	4,00		
8	40048	MANGUEIRA,TRANSPARENTE;CRISTAL;3/4"X3,0MM	UN	10,00		
9	40067	MOLA,AEREA;HIDRAULICA;POTENCIA 2;APL PORTA	UN	9,00		
10	44349	TRINCO,CHATO;INOX;4";100X45MM	UN	16,00		
11	46835	FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL 20M	RL	56,00		
12	57200	TUBO;ISOLANTE;ESPONJOSO;BLINDADO,BRANCO;7/8,BARRA,2M	UN	16,00		
13	57652	FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M	UN	16,00		
14	57853	FITA,CREPE,AUTOMOTIVA;AMARELA;48MMX40M	UN	200,00		
15	57892	COLA,EPOXI;ARALDITE,RAPIDO;10848501100,TEKBOND;CX,23G,2,BI	CX	20,00		
16	58917	REVESTIMENTO;P/PISO;FORMA-BRANCO;AC;45X45CM	M2	11,00		
17	60663	VEDA,PORTA,VASSOURA;PVC;BR;800MM	UN	31,00		
18	60791	SOLVENTE;INCOLOR;0,80-0,95G/CM³;LT5L	LT	2,00		
19	60894	TELA,MOSQUITEIRO;ALUMINIO;14X14;FIO 31;LARGURA 1,5M	M	6,00		
20	63295	FITA,BORDA;PVC;FREIJO;ESSENCIAL-WOOD;35X0,40MM;RL 20M	RL	3,00		
21	63339	REJUNTE,ANTIFUNGO;CINZA PLATINA;0107000200015FD,QUARTZOLIT	SC	4,00		
22	63704	FITA,ALUMINIO;ADESIVO,ACRILICO;50MMX50M	RL	9,00		
23	64449	TELA,ONDULADA;ACO,INOX;40X40MM;3,4MM(BWG10);3X1,20M	UN	1,00		
24	64579	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 1,5KG	UN	3,00		
25	64581	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 3,0KG	UN	3,00		
26	64699	FITA,ADESIVA;DEMARCAÇÃO;PVC;PRETO;100MMX30M	RL	3,00		
27	64793	GRAMPO,PRESILHA;UNIVERSAL;NYLON;CINZA;7,6X22X20MM	UN	40,00		
28	64822	FITA,PTFE;0,13X30MM;260°C;RL10MTS	RL	3,00		
29	64828	MASSA,FURANICA;EPOXI;ANTICORROSIVA;BRANCA;1KG,APL REJUNTE	KG	1,00		
30	65533	CALÇO,TRAPEZIO;PRETA;PP;3FUROS;MEDIO,APL TELHADO TR40	UN	120,00		
31	65888	BRITAMENTO,PEDRA;PO;Nº0;0,5MM-4,8MM;1M3;APL CONSTR CIVIL	M3	3,00		
32	67165	FITA,ANTIDERRAPANTE;VINIL;IMPER;PRETA;50MM;RL5MTS	RL	15,00		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias** contados do pedido da contratante, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob nota de empenho e/ou ordem de fornecimento e/ou Autorização de entrega ou da data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025
- III) Id do item no PCA: 3, 239, 237, 319, 326, 339, 321 e 347;
- IV) Classe/Grupo: 6640, 5120, 7230, 5970, 9999, 4720, 4610, 5930 e 9540;
- V) Identificador da Futura Contratação: 254445-23/2026; 254445-27/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1 incluindo conformidade RoHS;
- 4.1.2 preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e
- 4.1.3 eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da marca SIKA para o item 5, marca TEKBOND para o item 15 e marca QUARTZOLIT para o item 21, conforme característica e modelos solicitados e de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares 322/2026.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois Administração avaliou que o objeto contratual em questão refere-se ao fornecimento de material de consumo, cuja natureza, de uso rotineiro e substituível, aliada ao baixo risco de inadimplemento com impacto relevante, justifica não imposição de garantia de execução contratual. Portanto, a dispensa da exigência de garantia contratual para este fornecimento se revela adequada, proporcional e eficiente, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, conforme preceitua o art. 2º da Lei nº 9.784/1999.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, ou da data consignada na cláusula de vigência contratual, quando utilizado termo de contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00. As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Serão observados os termos a Portaria nº 1/2026-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Fiocruz.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 254432
- II) Fonte de recursos: 1002000000
- III) Programa de trabalho: 10305512320YE0001
- IV) Elemento de despesa: 339030
- V) Plano interno: A1BIO

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

- 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3 Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 322/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.000645/2026-33

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Pedido de compra nº 221314

A aquisição do item em questão é essencial para garantir a adequada troca de vestimentas nos *airlocks* dos Centros de Trabalho (CTs), etapa crítica para o controle de contaminação em áreas classificadas. A ausência ou insuficiência desse material compromete diretamente os procedimentos de paramentação, podendo gerar riscos à integridade dos processos produtivos, à qualidade dos produtos fabricados e à conformidade com as normas de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Os itens serão utilizados pela Seção de Envase de Biológicos Líquidos (SEBLQ), vinculada ao Departamento de Processamento Final (DEPFI), especialmente em atividades realizadas em áreas classificadas de grau A, B e C, nas quais o controle rigoroso de acesso e de paramentação é indispensável para a manutenção das condições assépticas.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua de itens adequados para a troca de vestimentas dos colaboradores que acessam essas áreas, garantindo o cumprimento dos protocolos estabelecidos, a mitigação de riscos de contaminação e a aderência às exigências sanitárias e regulatórias aplicáveis.

Ressalta-se que o item solicitado já foi previamente qualificado e aprovado para a finalidade pretendida, atendendo aos requisitos técnicos definidos pelas áreas de Controle e Garantia da Qualidade de Bio-Manguinhos, o que assegura sua compatibilidade com os processos produtivos e sua adequação aos padrões institucionais.

A quantidade estimada de 20 unidades foi definida com base no planejamento operacional da área, considerando o cronograma de produção vigente, a frequência de utilização nos procedimentos de paramentação e a necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança, de forma a evitar desabastecimento e possíveis interrupções nas atividades produtivas.

Dessa forma, a aquisição do item mostra-se imprescindível para assegurar a continuidade das operações, o atendimento às exigências regulatórias e o cumprimento das metas produtivas de Bio-Manguinhos, contribuindo diretamente para a qualidade dos produtos fornecidos e para a proteção da saúde pública.

Pedido de compra nº 189190

Refere-se à aquisição do item ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AÇO INOX; RESISTENTE À AUTOCLAVE, previsto no Planejamento Anual Orçamentário de Bio-Manguinhos e alinhado às iniciativas estratégicas da unidade, visando assegurar o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde no fornecimento de imunobiológicos.

O referido item é indispensável para a adequada vedação de frascos de amostragem utilizados nas atividades de colheita, clarificação e distribuição ao longo das etapas de produção dos Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) de rubéola, conduzidas pela Seção de Colheita, Clarificação e IFA – Células de Linhagem (SECIL). Trata-se de etapa crítica do processo produtivo, na qual a integridade da vedação dos frascos é fundamental para garantir a preservação das amostras, evitando riscos de contaminação, perda de material e comprometimento da rastreabilidade dos processos.

A ausência, insuficiência ou eventual falha do referido item pode impactar diretamente o andamento das rotinas operacionais, ocasionando desvios de processo, atrasos no cronograma de produção de IFA e, consequentemente, prejuízos ao fornecimento regular da vacina sarampo, caxumba e rubéola (atenuada) ao Ministério da Saúde, com potenciais reflexos na saúde pública.

Ressalta-se que o item solicitado apresenta conformidade com os requisitos técnicos e operacionais exigidos, sendo adequado para uso em ambiente produtivo que demanda resistência a processos de esterilização por autoclavação, além de já se encontrar alinhado aos padrões adotados institucionalmente. Sua utilização contribui para a manutenção das condições controladas de processo e para a confiabilidade das operações realizadas.

Adicionalmente, a aquisição encontra respaldo nas diretrizes de Boas Práticas de Fabricação, em especial aquelas previstas na RDC nº 658/2022 e na RDC nº 301/2019, que estabelecem a necessidade de utilização de equipamentos e materiais adequados, qualificados e compatíveis com os processos produtivos, de modo a assegurar a qualidade, segurança e eficácia dos produtos fabricados.

Dessa forma, a presente aquisição mostra-se imprescindível para garantir a continuidade das atividades produtivas, o cumprimento dos cronogramas estabelecidos, a conformidade regulatória e o atendimento às demandas do Ministério da Saúde, contribuindo diretamente para a manutenção do fornecimento de imunobiológicos e para a proteção da saúde pública.

Pedido de compra nº 222673

A aquisição dos itens em epígrafe — fitas autoadesivas multiuso, fita filme de proteção mecânica adesiva, fita de borda em PVC e fita em PTFE — é indispensável às atividades de manutenção mecânica, predial, de utilidades e de apoio operacional no Instituto Bio-Manguinhos, uma vez que tais materiais são essenciais para assegurar a integridade, proteção, vedação e acabamento de componentes, superfícies e sistemas sob responsabilidade das áreas de manutenção.

Esses insumos são amplamente empregados nas rotinas de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação direta em sistemas mecânicos, estruturas prediais, equipamentos industriais, linhas de utilidades e ambientes produtivos. Sua utilização contribui de forma significativa para a preservação das condições operacionais, sanitárias e de segurança, em conformidade com as exigências das Boas Práticas de Fabricação (BPF). As fitas autoadesivas multiuso são utilizadas para fixações temporárias, proteção superficial durante intervenções e isolamento provisório de componentes e áreas técnicas; a fita filme de proteção mecânica adesiva atua na preservação de superfícies contra abrasão, impactos leves, poeira e contaminantes, especialmente durante atividades de manutenção e montagem; a fita de borda em PVC é aplicada no acabamento e proteção de bordas de painéis, mobiliários e estruturas, prevenindo desgaste e contribuindo para a segurança e ergonomia dos ambientes; e a fita em PTFE é fundamental para a vedação de conexões roscadas em sistemas de fluidos, garantindo estanqueidade, resistência térmica e química, e prevenindo vazamentos em linhas hidráulicas, pneumáticas e de utilidades.

A disponibilidade desses materiais possibilita a execução de manutenções de forma ágil e eficiente, evitando intervenções mais complexas, substituições desnecessárias de componentes e paralisações prolongadas das áreas produtivas. Em contrapartida, a indisponibilidade ou uso inadequado desses insumos pode acarretar perda de proteção superficial, desgaste acelerado de ativos, aumento de falhas mecânicas e vazamentos, além de riscos à segurança operacional e sanitária e potenciais não conformidades em auditorias internas e externas.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril do Instituto Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas classificadas, laboratórios, sistemas de utilidades, áreas técnicas e prediais, bem como estruturas de apoio operacional e administrativo, evidenciando seu caráter transversal e essencial para o funcionamento da unidade.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses insumos, assegurando a adequada proteção, vedação e acabamento de sistemas e estruturas, a confiabilidade operacional dos equipamentos e instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos mecânicos, operacionais e sanitários, além do atendimento tempestivo às ordens de manutenção preventiva e corretiva, de modo a preservar a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais.

Ressalta-se que a indisponibilidade desses materiais pode comprometer a integridade de superfícies, conexões e estruturas, ocasionar falhas operacionais e vazamentos, gerar paradas não programadas e resultar em não conformidades durante auditorias e inspeções sanitárias, impactando diretamente a segurança das instalações e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde. Dessa forma, tais itens configuram-se como insumos estratégicos para a manutenção da infraestrutura fabril e da capacidade produtiva institucional.

A estimativa de quantidades foi definida com base no histórico de consumo das áreas de manutenção, no desgaste natural decorrente do uso contínuo, na periodicidade estabelecida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais vigentes, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Diante do exposto, a aquisição atende aos princípios da economicidade, eficiência, segurança e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, sendo imprescindível para assegurar a regularidade das operações, a conformidade regulatória e o adequado funcionamento das instalações de Bio-Manguinhos.

Pedido de compra nº 221275

A aquisição do item em questão é imprescindível para garantir a realização segura e eficiente das atividades desenvolvidas no Laboratório de Ensaio Pré-Clínicos (LAEPC), especialmente no contexto de técnicas experimentais envolvendo animais utilizados em ensaios não clínicos relacionados ao controle de qualidade de vacinas e biofármacos produzidos por Bio-Manguinhos.

O material será empregado no acondicionamento das rações destinadas aos animais de experimentação, as quais necessitam ser previamente submetidas a processos de esterilização antes da oferta. Nesse contexto, os sacos de rafia desempenham papel fundamental ao assegurar a adequada contenção, integridade e manuseio do material durante o processo de esterilização, contribuindo para a prevenção de contaminações cruzadas e perdas de insumos, além de garantir a manutenção das condições sanitárias exigidas para esse tipo de atividade.

A indisponibilidade do item pode comprometer diretamente a execução das rotinas laboratoriais, impactando a confiabilidade dos ensaios, a integridade dos resultados obtidos e o cumprimento dos cronogramas estabelecidos para o controle de qualidade, bem como para os projetos de desenvolvimento tecnológico em andamento. Ressalta-se que tais atividades possuem caráter crítico, uma vez que estão diretamente relacionadas à liberação de produtos e à garantia da qualidade de imunobiológicos destinados ao atendimento do Ministério da Saúde.

A utilização adequada desses insumos está alinhada às boas práticas aplicáveis a ambientes laboratoriais e de experimentação animal, contribuindo para a padronização dos procedimentos, rastreabilidade dos processos e manutenção das condições controladas exigidas para ensaios pré-clínicos.

A estimativa de quantidades foi definida com base no estoque atual e respectivos prazos de validade, considerando a demanda anual projetada conforme o cronograma de atividades do laboratório, que abrange tanto o controle de qualidade de produtos já estabelecidos quanto iniciativas internas estratégicas e projetos de desenvolvimento tecnológico em curso.

Dessa forma, a aquisição mostra-se essencial para assegurar a continuidade das atividades laboratoriais, a confiabilidade dos resultados analíticos, o cumprimento das exigências sanitárias e regulatórias e a manutenção do fluxo produtivo e de desenvolvimento tecnológico de Bio-Manguinhos, contribuindo diretamente para a qualidade dos produtos e para a proteção da saúde pública.

Pedido de compra nº 221272

A aquisição do selante em questão é imprescindível para garantir a adequada manutenção dos sistemas de ventilação e climatização utilizados nas áreas classificadas de Bio-Manguinhos, especialmente durante as atividades de troca de filtros de ar e nos processos de qualificação de salas limpas. A correta vedação dos componentes dos sistemas de filtragem é etapa crítica para assegurar a integridade dos ambientes controlados, evitando infiltrações, vazamentos de ar e possíveis contaminações, de modo a manter os parâmetros ambientais dentro dos limites exigidos para a produção de imunobiológicos e a realização de atividades de pesquisa.

O material será utilizado nas trocas de filtros de ar em salas limpas e equipamentos associados, abrangendo sistemas de ventilação e climatização que demandam vedação eficiente para garantir estanqueidade e desempenho adequado. Nesse contexto, o selante desempenha papel essencial ao assegurar o correto fechamento e fixação dos elementos de vedação, contribuindo diretamente para a manutenção das condições de pressão, fluxo de ar e controle de partículas, conforme requerido em ambientes classificados.

A indisponibilidade ou utilização inadequada desse insumo pode comprometer a eficiência das manutenções, impactar negativamente os processos de qualificação de salas limpas e gerar desvios nas condições ambientais, com potenciais reflexos na qualidade dos produtos, na segurança dos processos e na conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Tais impactos podem resultar em retrabalho, atrasos operacionais, não conformidades em auditorias e, em casos mais críticos, interrupções nas atividades produtivas.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade de insumo adequado para execução das atividades de manutenção e qualificação, garantindo maior precisão, segurança e agilidade nas intervenções, além de contribuir para a confiabilidade dos sistemas e para a continuidade das operações em ambientes controlados.

Ressalta-se que a manutenção da integridade dos sistemas de ventilação e filtragem é fator crítico para a operação de salas limpas, estando diretamente relacionada à qualidade, segurança e eficácia dos imunobiológicos produzidos. Nesse sentido, a aquisição do material possui relevância científica e estratégica, uma vez que contribui para a

manutenção das condições ambientais exigidas, para a conformidade regulatória e para o atendimento às demandas institucionais e do Ministério da Saúde.

A indicação do selante acrílico da marca Sika fundamenta-se em sua reconhecida qualidade, desempenho e confiabilidade, apresentando excelente aderência a diferentes superfícies, resistência adequada às condições de uso, facilidade de aplicação e compatibilidade com os requisitos operacionais das áreas envolvidas. Trata-se de produto amplamente utilizado no mercado, com desempenho comprovado, o que proporciona maior segurança nas aplicações, redução de falhas e melhor custo-benefício ao longo do tempo, além de minimizar a necessidade de retrabalhos e manutenções corretivas.

A estimativa de quantitativo, correspondente a 20 bisnagas, foi definida com base na demanda recorrente das atividades de qualificação e manutenção, considerando o número de equipes envolvidas, a frequência de utilização do material e a necessidade de manutenção de estoque mínimo para garantir o atendimento contínuo das operações.

Diante do exposto, a aquisição mostra-se essencial para assegurar a adequada execução das atividades de manutenção e qualificação de salas limpas, a conformidade com as exigências das Boas Práticas de Fabricação, a continuidade das operações e a preservação da qualidade dos produtos desenvolvidos em Bio-Manguinhos, atendendo, ainda, aos princípios da economicidade, eficiência e segurança no âmbito da Administração Pública.

Pedido de compra nº 222751

Atuando diretamente nas atividades de Saúde Pública do país, o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos deve cumprir rigorosamente os regulamentos vigentes e adotar procedimentos operacionais padronizados, de forma a garantir a integridade e a confiabilidade dos resultados de todos os processos de desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade, em conformidade com os normativos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Nesse contexto, considerando a necessidade contínua de operação e de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sistemas de utilidades, sistemas supervisórios e das instalações industriais localizadas no campus da Fiocruz, no Rio de Janeiro, Bio-Manguinhos, por meio de seu Departamento de Manutenção, elabora anualmente o planejamento das demandas de materiais de consumo, componentes e itens permanentes necessários à manutenção da operacionalidade dos ativos, à garantia de sua disponibilidade e ao prolongamento de sua vida útil, assegurando o atendimento às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

Em razão das características técnicas das instalações industriais, os equipamentos e sistemas estão sujeitos a desgaste acentuado, seja pelo uso contínuo, seja por sua vinculação direta aos processos produtivos. Dessa forma, conforme planos de manutenção e orientações dos fabricantes, torna-se necessária a substituição periódica de diversos materiais de consumo e componentes, inclusive em intervalos semestrais, como forma de garantir a confiabilidade operacional e evitar falhas.

Atualmente, a unidade dispõe de aproximadamente 4.900 m² de áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”, além de um parque de cerca de 10.777 ativos, entre equipamentos, sistemas de utilidades e supervisórios, sendo 5.371 relacionados às utilidades e 5.406 diretamente vinculados às linhas de produção industrial e controle de qualidade. Essa estrutura evidencia a complexidade e a dimensão das atividades de manutenção necessárias para assegurar a continuidade das operações.

Nesse cenário, os itens previstos neste Pedido de Compra são indispensáveis para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva das edificações, sistemas prediais, hidráulicos, sanitários, civis e de apoio operacional das instalações industriais, laboratoriais e administrativas. Trata-se de materiais de consumo e componentes permanentes empregados em intervenções técnicas rotineiras e emergenciais, incluindo sistemas hidráulicos e de esgotamento sanitário, abastecimento e reservação de água, infraestrutura civil e predial, bem como portas, divisórias, mobiliários, ferragens e demais elementos estruturais e de apoio.

Os materiais contemplam, entre outros, tubos, conexões, registros, válvulas, boias, sifões, grelhas, metais sanitários, portas, dobradiças, fechaduras, puxadores, espelhos, revestimentos, forros, chapas, compensados, ferragens, eletrocalhas e insumos de construção civil, todos essenciais para assegurar a funcionalidade, a segurança, a integridade estrutural e a conformidade sanitária das instalações.

A utilização desses itens é tecnicamente necessária para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas técnicas aplicáveis às instalações industriais e laboratoriais e aos requisitos sanitários e regulatórios estabelecidos pela ANVISA, especialmente em ambientes que exigem controle rigoroso. Sua aplicação viabiliza a execução de manutenções preventivas e corretivas, a recomposição e adequação de sistemas hidráulicos e sanitários, a conservação de estruturas físicas e a manutenção das condições adequadas de segurança, higiene e operação dos ambientes.

A indisponibilidade desses materiais compromete a execução das manutenções programadas e emergenciais, podendo ocasionar falhas estruturais, vazamentos, degradação das edificações, riscos à segurança de pessoas, não conformidades regulatórias e impactos diretos na continuidade das operações produtivas, laboratoriais e administrativas. Tais materiais são utilizados em todo o parque fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, sistemas de utilidades, laboratórios, áreas classificadas, áreas administrativas, banheiros, vestiários, corredores técnicos, almoxarifados e demais estruturas de apoio.

Dessa forma, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de materiais essenciais às rotinas de manutenção predial, hidráulica, civil e de apoio operacional, assegurando o adequado funcionamento das edificações e sistemas, a segurança estrutural e operacional, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, o atendimento às normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho, a mitigação de riscos e a continuidade das atividades institucionais.

Adicionalmente, a indisponibilidade desses insumos pode inviabilizar manutenções críticas, comprometer a integridade das instalações, gerar riscos à segurança de pessoas e ativos, provocar não conformidades em auditorias sanitárias e regulatórias e impactar indiretamente o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa de quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo, no desgaste natural dos componentes prediais e hidráulicos, na extensão e complexidade das instalações, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222584

Os itens em epígrafe — telha galvanizada 2,20 x 1,26 m, Tê 90° em CPVC Ø1" SCH 80 e visor de líquido DN 1.1/8" para solda com indicador de umidade e gases — são indispensáveis às atividades de manutenção predial, aos sistemas de utilidades e aos sistemas de refrigeração, assegurando a continuidade operacional, a integridade das instalações e a confiabilidade dos sistemas críticos sob responsabilidade das áreas de manutenção de Bio-Manguinhos.

A telha galvanizada é aplicada em intervenções de manutenção corretiva e preventiva de coberturas metálicas, sendo essencial para a substituição pontual de elementos danificados por corrosão, impacto ou intempéries, contribuindo para a eliminação de infiltrações, mitigação de riscos estruturais e preservação das condições ambientais internas das áreas industriais e técnicas. O Tê 90° em CPVC SCH 80 é utilizado em adequações e reparos em linhas de utilidades, como água industrial, água tratada e outras soluções compatíveis, permitindo a recomposição de trechos danificados de tubulações, intervenções localizadas em sistemas pressurizados e a manutenção da integridade hidráulica e química das redes. Já o visor de líquido com indicador de umidade e gases é empregado em sistemas de refrigeração e utilidades, possibilitando o monitoramento visual do fluido refrigerante, a identificação da presença de umidade ou gases não condensáveis e o apoio ao diagnóstico precoce de falhas operacionais.

A aquisição desses materiais tem por finalidade viabilizar a execução de manutenções corretivas e preventivas localizadas, preservando os sistemas, tubulações e coberturas existentes que ainda se encontram em condições operacionais adequadas, com substituição restrita aos pontos comprometidos. A substituição integral de coberturas, linhas ou sistemas completos, na maioria dos casos, não se mostra tecnicamente necessária, além de implicar custos elevados, desperdício de materiais, necessidade de paralisações extensas das áreas produtivas e aumento de riscos operacionais com impactos diretos na rotina fabril.

Nesse sentido, a utilização de materiais compatíveis com os padrões já instalados permite a rápida recomposição funcional dos sistemas, a manutenção da padronização das instalações, o prolongamento da vida útil dos ativos e o atendimento aos princípios da economicidade e eficiência administrativa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas e classificadas, sistemas de utilidades, sistemas de refrigeração, coberturas e estruturas prediais, bem como casas de máquinas e áreas técnicas.

A contratação visa garantir a disponibilidade contínua desses insumos essenciais à manutenção predial e de utilidades, assegurando a integridade das coberturas e estruturas, a estanqueidade e confiabilidade das redes em CPVC, o monitoramento seguro dos sistemas de refrigeração, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos operacionais e sanitários e a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais.

A indisponibilidade desses materiais pode ocasionar infiltrações e degradação de áreas produtivas, comprometer sistemas de utilidades e refrigeração, gerar paradas não programadas, resultar em não conformidades em auditorias e inspeções sanitárias e impactar diretamente o atendimento às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde, caracterizando-os, portanto, como insumos estratégicos para a manutenção da infraestrutura fabril e da capacidade produtiva institucional.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção predial, hidráulica e de refrigeração, considerando o desgaste natural decorrente do uso contínuo e da exposição a intempéries, a periodicidade definida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais padrão vigentes, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimentos emergenciais e as demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 223063

Os itens listados em epígrafe abrangem uma ampla gama de componentes, instrumentos de medição, conexões, espigões, válvulas, reguladores, suportes, materiais de fixação e equipamentos auxiliares, sendo essenciais para a operação e para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva das instalações e sistemas industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Esses materiais são empregados na interligação e vedação de sistemas hidráulicos e pneumáticos, no controle e monitoramento de variáveis críticas como pressão, temperatura e vazão, bem como no suporte, amortecimento e fixação de equipamentos, contribuindo diretamente para a manutenção das linhas de utilidades e da infraestrutura predial. Sua utilização é indispensável para assegurar a operação contínua, segura e eficiente dos processos produtivos, além de garantir a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e com as normas sanitárias vigentes.

A diversidade dos componentes a serem adquiridos atende a necessidades técnicas específicas e complementares, uma vez que os instrumentos de medição, como termômetros, manômetros e pressostatos, permitem o monitoramento preciso e confiável das variáveis operacionais; as conexões, espigões, adaptadores e acoplamentos asseguram a integridade e a estanqueidade de tubulações e mangueiras; os componentes mecânicos e elementos de fixação, como rebites, calços, rolamentos e molas, garantem a estabilidade estrutural e o funcionamento seguro de equipamentos; os materiais de vedação e adesivos, como fitas, colas e primers, são fundamentais para a durabilidade e vedação adequada das juntas; e os equipamentos auxiliares, como ventiladores, compressores e bombas manuais, dão suporte às operações de utilidades e à movimentação de fluidos.

Ressalta-se que todos esses itens estão sujeitos a desgaste natural decorrente de fatores como corrosão, vibração, pressão e variações térmicas, o que torna necessária sua substituição periódica, conforme estabelecido em planos de manutenção preventiva, procedimentos operacionais padrão e recomendações técnicas dos fabricantes, de modo a preservar a confiabilidade e a segurança dos sistemas.

A indisponibilidade desses materiais pode acarretar interrupções ou falhas em sistemas de utilidades e processos industriais, além de induzir à adoção de soluções improvisadas e tecnicamente inadequadas, aumentando os riscos operacionais e sanitários. Tal cenário pode resultar em vazamentos de fluidos críticos, paradas não programadas de equipamentos e linhas de produção, não conformidades com as Boas Práticas de Fabricação e normas sanitárias, bem como no comprometimento da confiabilidade e da continuidade dos processos produtivos.

Os itens serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades, como água, vapor, ar comprimido e gases, linhas de processo industrial, casas de

máquinas, áreas técnicas, equipamentos industriais e prediais, além de áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses componentes, assegurando a operação segura e confiável dos sistemas hidráulicos, pneumáticos e industriais, a execução adequada das manutenções preventivas e corretivas, a continuidade operacional sem paradas inesperadas, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e a mitigação de riscos mecânicos, operacionais e sanitários, de forma a sustentar as atividades produtivas, laboratoriais e prediais da instituição.

Adicionalmente, tais componentes possuem relevância estratégica para a infraestrutura industrial de Bio-Manguinhos, uma vez que garantem a segurança operacional dos sistemas de utilidades e processos, a confiabilidade das intervenções de manutenção, a continuidade e estabilidade das operações industriais e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo e reposição nas rotinas de manutenção, na quantidade de sistemas, conexões e equipamentos instalados, no desgaste natural decorrente do uso contínuo, na periodicidade definida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais padrão vigentes, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222988

Os itens relacionados são indispensáveis para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva das edificações, sistemas prediais, hidráulicos, sanitários, civis e de apoio operacional das instalações industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Trata-se de materiais de consumo e componentes permanentes empregados em intervenções técnicas rotineiras e emergenciais, abrangendo sistemas hidráulicos e de esgotamento sanitário, sistemas de abastecimento e reservação de água, infraestrutura civil e predial, além de portas, divisórias, mobiliários, ferragens e áreas de circulação, como banheiros, vestiários e demais espaços de apoio, incluindo ainda adequações físicas necessárias à manutenção das condições operacionais e sanitárias.

Dentre os materiais contemplados, destacam-se tubos, conexões, registros, válvulas, boias, sifões, grelhas, metais sanitários, portas, dobradiças, fechaduras, puxadores, espelhos, revestimentos, forros, chapas, compensados, ferragens, eletrocalhas e insumos de construção civil, todos essenciais para garantir a funcionalidade, a segurança, a integridade estrutural e a conformidade sanitária das instalações. A utilização desses itens é tecnicamente necessária para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas técnicas aplicáveis às instalações industriais e laboratoriais e aos requisitos sanitários e regulatórios expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente em ambientes que exigem controle rigoroso.

A aplicação desses materiais viabiliza a execução de manutenções prediais preventivas e corretivas, a recomposição e adequação de sistemas hidráulicos e sanitários, a conservação de portas, divisórias, mobiliários e ferragens, bem como a preservação das condições estruturais das edificações, garantindo a segurança de colaboradores, visitantes e prestadores de serviço, além da manutenção das condições sanitárias, ambientais e operacionais dos ambientes e da mitigação de riscos estruturais, hidráulicos e operacionais.

A indisponibilidade desses materiais compromete a execução das manutenções programadas e emergenciais, podendo resultar em falhas estruturais, vazamentos, degradação das edificações, riscos à segurança, não conformidades regulatórias e impactos diretos na continuidade operacional das atividades. Esses itens são utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, sistemas de utilidades, laboratórios, áreas classificadas, áreas administrativas, banheiros, vestiários, corredores técnicos, almoxarifados e demais estruturas prediais de apoio.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de materiais essenciais às rotinas de manutenção predial, hidráulica, civil e de apoio operacional, assegurando o funcionamento adequado das edificações e sistemas prediais, a segurança estrutural e operacional das instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, o atendimento às normas técnicas, sanitárias e de segurança do trabalho, a mitigação de riscos sanitários, estruturais e operacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Adicionalmente, a indisponibilidade desses insumos pode inviabilizar manutenções prediais e hidráulicas críticas, comprometer a integridade das edificações e dos sistemas de apoio, gerar riscos à segurança de pessoas e instalações, provocar não conformidades em auditorias sanitárias, técnicas e regulatórias, impactar indiretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e afetar o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, caracterizando-os como itens de relevância estratégica para a manutenção da infraestrutura institucional.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no desgaste natural dos componentes prediais e hidráulicos, no histórico de consumo e reposição nas rotinas de manutenção, na extensão, complexidade e diversidade das instalações do Parque Fabril, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 223056

Os itens em epígrafe, trincos chatos em inox e aço carbono, são essenciais para o fechamento seguro de portas, portões e compartimentos industriais, garantindo a segurança operacional, a proteção contra acessos indevidos e a adequada vedação dos ambientes. Tais componentes desempenham funções fundamentais como a fixação e o travamento confiável de portas e portões, oferecendo resistência mecânica para suportar esforços e impactos, além de apresentarem durabilidade em ambientes industriais, com destaque para a resistência à corrosão no caso do inox e ao desgaste no aço carbono. Adicionalmente, são compatíveis com cadeados e ferrolhos, ampliando os níveis de segurança, e são amplamente aplicados em áreas de circulação e armazenamento de materiais críticos.

Esses dispositivos estão sujeitos a condições severas de uso, incluindo ciclos contínuos de abertura e fechamento, esforços mecânicos constantes e, em alguns casos, exposição a ambientes úmidos ou corrosivos, o que exige materiais com desempenho adequado e substituição periódica conforme as rotinas de manutenção. A utilização de trincos em inox e aço carbono assegura maior confiabilidade no controle de acesso, resistência estrutural, durabilidade prolongada e compatibilidade com os sistemas de fechamento já instalados, contribuindo para a continuidade operacional e para o atendimento às normas de segurança aplicáveis.

A indisponibilidade desses itens pode comprometer o fechamento seguro de portas e compartimentos, aumentar o risco de acessos não autorizados, ocasionar danos a equipamentos e materiais, além de gerar a necessidade de soluções improvisadas, com consequentes interrupções operacionais. Tal cenário também pode resultar em não conformidades em auditorias de segurança e manutenção, bem como no comprometimento da integridade e confiabilidade das instalações.

Os trincos serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo portas e compartimentos industriais, áreas de armazenamento e circulação de materiais, equipamentos prediais e industriais, além de áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”.

Nesse contexto, a contratação visa garantir a disponibilidade contínua desses componentes, assegurando o fechamento seguro e confiável de portas e compartimentos, a continuidade operacional das áreas produtivas, a adequada execução das manutenções preventivas e corretivas, a segurança operacional e a conformidade com as normas vigentes, bem como a mitigação de riscos operacionais e de segurança.

Adicionalmente, os trincos configuram-se como componentes estratégicos para a segurança das instalações, uma vez que contribuem para a integridade física de áreas restritas, a proteção de equipamentos e materiais sensíveis, a confiabilidade dos sistemas de controle de acesso e o atendimento às normas de segurança industrial e sanitária.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas atividades de manutenção de portas e compartimentos, na quantidade de pontos de travamento existentes, no desgaste natural decorrente do uso contínuo, na periodicidade definida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais padrão vigentes, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222670

O item fita antiderrapante preta, abrasiva, com largura de 50 mm e rolo de 20 metros, é indispensável para garantir a segurança operacional e a prevenção de acidentes nas áreas industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Trata-se de material de consumo amplamente utilizado em ambientes industriais e sujeitos a controle sanitário rigoroso, sendo aplicado em pisos, rampas, escadas, passarelas, plataformas, áreas molhadas e zonas de

circulação, com a finalidade de reduzir o risco de escorregamentos e quedas, especialmente em locais com presença de umidade, resíduos líquidos ou submetidos a rotinas frequentes de limpeza.

A utilização da fita antiderrapante é tecnicamente necessária para o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF), às normas de segurança do trabalho e aos requisitos sanitários e regulatórios aplicáveis às instalações industriais e laboratoriais, contribuindo diretamente para a preservação da integridade física de colaboradores, visitantes e prestadores de serviço. Sua aplicação promove o aumento da aderência em superfícies lisas ou escorregadias, a prevenção de acidentes em áreas críticas, a adequação de escadas, rampas e desníveis, a sinalização funcional de áreas de risco e a manutenção de condições seguras de circulação nos ambientes produtivos.

A indisponibilidade desse material compromete as ações preventivas de segurança, podendo resultar na ocorrência de acidentes pessoais, afastamentos, passivos trabalhistas, não conformidades em auditorias internas e externas, além de riscos à continuidade operacional. O material é utilizado em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, laboratórios, áreas classificadas, áreas administrativas, corredores técnicos, escadas, rampas, almoxarifados e demais estruturas prediais de apoio.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desse insumo essencial às rotinas operacionais e de manutenção predial, assegurando condições seguras de circulação nas instalações, a prevenção de acidentes de trabalho, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, o atendimento às normas de segurança do trabalho, a mitigação de riscos operacionais e ocupacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Adicionalmente, a indisponibilidade da fita antiderrapante pode aumentar significativamente o risco de escorregamentos e quedas, comprometer a segurança de colaboradores e visitantes, gerar não conformidades em auditorias sanitárias e de segurança, resultar em afastamentos e impactos operacionais, além de afetar indiretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no desgaste natural do material em função do tráfego intenso, no histórico de reposição nas rotinas de manutenção predial, na extensão das áreas industriais e classificadas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para intervenções corretivas imediatas e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 223017

Os itens relacionados, compostos por tubos metálicos e não metálicos (aço carbono, aço inoxidável, galvanizado, cobre, PVC e CPVC), tubos flexíveis, corrugados, bem como materiais de isolamento térmico elastomérico e em lã de rocha, são essenciais para a operação e para a execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva das redes de utilidades, processos industriais e sistemas prediais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Esses materiais são amplamente empregados na condução segura de fluidos industriais, utilidades, gases, vapor, água gelada e água quente, bem como em sistemas de refrigeração, além de serem utilizados na interligação, substituição e adequação de trechos de tubulações existentes e na recomposição de linhas de processo, utilidades e apoio predial. Os materiais de isolamento térmico, por sua vez, desempenham papel fundamental na proteção mecânica das tubulações, no controle de condensação, na eficiência energética dos sistemas e na segurança operacional.

A utilização de tubos e isolamentos compatíveis com os padrões construtivos já instalados é indispensável para garantir a integridade, a estanqueidade e a confiabilidade dos sistemas, evitando vazamentos, perdas térmicas, falhas operacionais e riscos de contaminação cruzada. Ademais, essa compatibilidade assegura o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos regulatórios estabelecidos pela ANVISA, além de possibilitar intervenções pontuais, seguras e eficientes durante as manutenções preventivas e corretivas, sem a necessidade de substituições extensivas ou paralisações prolongadas das áreas produtivas.

A aquisição desses materiais tem como finalidade preservar a infraestrutura instalada, permitindo a substituição apenas dos componentes desgastados ou comprometidos, evitando interrupções não programadas das atividades produtivas e laboratoriais, a elevação de riscos operacionais, sanitários e estruturais, bem como custos elevados decorrentes de intervenções emergenciais ou retrabalhos. Dessa forma, a disponibilidade contínua desses insumos contribui para a operação segura e ininterrupta das redes de utilidades e processos industriais, para a padronização

técnica e compatibilidade dos sistemas, para o prolongamento da vida útil dos ativos e para o atendimento ao princípio da economicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo redes de utilidades, como água, vapor, ar comprimido, gases e fluidos térmicos, sistemas de refrigeração, climatização e câmaras frias, linhas de processo produtivo e controle de qualidade, casas de máquinas, áreas técnicas, sistemas prediais, além de áreas produtivas classificadas e laboratórios industriais.

Nesse contexto, a contratação visa garantir a disponibilidade contínua de tubos, conexões flexíveis e materiais de isolamento, assegurando a operação confiável e segura dos sistemas industriais e prediais, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e requisitos regulatórios, a mitigação de riscos operacionais, térmicos, mecânicos e sanitários, o atendimento tempestivo às ordens de manutenção preventiva e corretiva e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e de apoio.

A indisponibilidade desses materiais pode comprometer a integridade das redes de utilidades e processos industriais, provocar vazamentos, falhas térmicas e interrupções operacionais, gerar não conformidades em auditorias e inspeções sanitárias, impactar a segurança das instalações e dos colaboradores e afetar diretamente o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, caracterizando-os como insumos estratégicos para a manutenção da infraestrutura fabril e para a sustentabilidade da capacidade produtiva institucional de Bio-Manguinhos.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção industrial e predial, no desgaste natural decorrente do uso contínuo e das condições operacionais, na periodicidade definida nos planos de manutenção e procedimentos operacionais padrão vigentes, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimentos emergenciais e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 220729

O item será utilizado para atender às necessidades de organização de instrumentos e consumíveis na área produtiva, especificamente na Seção de Controle em Processo – Biotecnológicos (SECPR-BT), no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Trata-se de insumo essencial para a adequada fixação e realocação de instrumentos e materiais utilizados nas rotinas operacionais, contribuindo diretamente para a organização e padronização de áreas limpas e classificadas.

A utilização desse item é fundamental para garantir o atendimento às Boas Práticas de Laboratório e às diretrizes aplicáveis à organização e infraestrutura de ambientes produtivos controlados, assegurando condições adequadas para a segurança operacional, a confiabilidade e a rastreabilidade dos dados e processos, além de atuar na prevenção de contaminação cruzada e na mitigação de riscos de acidentes. Sua aplicação permite a disposição adequada de instrumentos e consumíveis, favorecendo a manutenção da ordem, limpeza e fluxo operacional dentro dos padrões exigidos para áreas classificadas.

Nesse contexto, a contratação visa garantir a disponibilidade contínua do item para atender às demandas da área produtiva, assegurando a organização eficiente dos ambientes, a correta fixação e posicionamento de instrumentos e consumíveis e a manutenção das condições necessárias ao pleno funcionamento das atividades laboratoriais e produtivas.

Adicionalmente, o item possui relevância estratégica no âmbito institucional, uma vez que integra o Planejamento Anual Orçamentário da unidade, alinhado às iniciativas voltadas ao atendimento das demandas do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos. Sua utilização contribui diretamente para a sustentação das atividades produtivas, garantindo que os processos ocorram em conformidade com os padrões de qualidade, segurança e rastreabilidade exigidos.

A indisponibilidade desse material pode comprometer a organização das áreas classificadas, dificultar a correta disposição de instrumentos e consumíveis, aumentar o risco de contaminação cruzada, impactar a rastreabilidade dos processos e gerar não conformidades em auditorias internas e externas, além de possíveis prejuízos à segurança operacional.

Por fim, a estimativa de quantidades foi elaborada com base na rotina de atividades da área, considerando o consumo recorrente do item e sua vida útil reduzida em função das frequentes rotinas de limpeza e sanitização das

áreas classificadas, o que demanda reposições periódicas para garantir a continuidade e a conformidade das operações.

Pedido de compra nº 220078

O item solicitado será utilizado para a fixação das identificações das salas e dos equipamentos CT03 e CT17, no âmbito da Seção de Envase de Biológicos Líquidos (SEBLQ), pertencente ao Departamento de Processamento Final (DEPFI) de Bio-Manguinhos. Trata-se de material de consumo essencial para a adequada identificação de ambientes e equipamentos em áreas produtivas classificadas, contribuindo para a organização, padronização e rastreabilidade das operações.

A utilização de fita dupla face apresenta-se como solução técnica adequada, por se tratar de método de fixação versátil, prático e limpo, que dispensa o uso de pregos, parafusos ou adesivos permanentes que possam causar danos às superfícies. Essa característica é especialmente relevante em áreas limpas, onde a integridade das superfícies, a facilidade de higienização e a ausência de geração de partículas são requisitos fundamentais para a manutenção das condições ambientais controladas.

A aplicação do item permite a fixação segura e eficiente de identificações visuais, garantindo a correta sinalização de salas e equipamentos, o que contribui diretamente para o controle operacional, a organização do fluxo de trabalho e a prevenção de erros. Além disso, favorece o atendimento às Boas Práticas de Fabricação e aos padrões internos de Controle e Garantia da Qualidade adotados por Bio-Manguinhos.

A indisponibilidade do material pode comprometer a adequada identificação de áreas e equipamentos, impactando a organização do ambiente produtivo, a rastreabilidade dos processos e o atendimento aos requisitos de qualidade e auditoria, podendo resultar em não conformidades e riscos operacionais.

Nesse contexto, a aquisição do item é imprescindível para assegurar a continuidade das atividades produtivas, em alinhamento com o cronograma de produção e com as demandas do Programa de Produção (PMP), contribuindo para o cumprimento das entregas institucionais.

Por fim, a estimativa das quantidades, definida em 10 unidades, foi estabelecida com base nas necessidades operacionais da área e no atendimento ao cronograma de produção vigente, considerando a aplicação direta do material nas rotinas de identificação e organização dos ambientes e equipamentos produtivos.

Pedido de compra nº 22627

A fita crepe automotiva amarela, com dimensões de 48 mm x 40 m, constitui material de consumo indispensável às rotinas operacionais do Almoxarifado Técnico de Manutenção de Bio-Manguinhos, sendo amplamente utilizada como item de apoio às atividades logísticas, de organização, identificação temporária e preparação de materiais e componentes destinados às frentes de manutenção industrial sob responsabilidade da Divisão de Planejamento e Controle de Manutenção (DIPCM).

Esse material é empregado, principalmente, na identificação provisória de materiais, peças e componentes armazenados ou em processo de separação, na etiquetagem temporária de volumes, kits de manutenção e itens destinados às Ordens de Serviço, bem como na organização e agrupamento de materiais durante as etapas de recebimento, conferência, armazenamento e distribuição. Adicionalmente, é utilizado para a sinalização temporária do status de materiais, como itens em separação, reservados, aguardando inspeção, devolução ou descarte, além de possibilitar proteção leve e fixação provisória de embalagens e componentes durante a movimentação interna.

A fita crepe automotiva apresenta características técnicas adequadas ao ambiente de almoxarifado e áreas industriais, destacando-se pela boa aderência, facilidade de remoção e ausência de resíduos após sua retirada, o que evita danos às embalagens, superfícies e à integridade dos materiais armazenados. Essas propriedades são essenciais para garantir a organização e rastreabilidade dos itens sem comprometer sua conservação.

A indisponibilidade desse material pode comprometer significativamente as rotinas operacionais do almoxarifado técnico, resultando em atrasos na separação e liberação de materiais destinados às atividades de manutenção, aumento do risco de erros na identificação e destinação de itens, prejuízos à organização e rastreabilidade dos estoques, além de possíveis não conformidades em auditorias internas e inspeções sanitárias. Tais impactos podem

refletir diretamente na eficiência das atividades de manutenção e, de forma indireta, na continuidade das operações produtivas.

O material será utilizado no Almoxarifado Técnico de Manutenção de Bio-Manguinhos/Fiocruz, com suporte às áreas produtivas, sistemas de utilidades, laboratórios, áreas administrativas e demais estruturas prediais de apoio.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desse insumo essencial às rotinas logísticas, assegurando a adequada organização, identificação e controle dos materiais de manutenção, a agilidade na separação e distribuição de itens para atendimento das Ordens de Manutenção, a mitigação de riscos operacionais e logísticos, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e a continuidade das atividades de suporte às manutenções preventivas e corretivas.

Adicionalmente, o item possui relevância estratégica no contexto institucional, uma vez que sua indisponibilidade pode afetar diretamente a eficiência das rotinas de almoxarifado e, conseqüentemente, impactar o desempenho das atividades de manutenção e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no consumo recorrente nas rotinas operacionais do almoxarifado técnico, no histórico anual de utilização do material, no volume de movimentação de materiais de manutenção, na necessidade de manutenção de estoque estratégico para atendimento contínuo e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 221633

A aquisição do item faz-se necessária para o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico, garantindo o atendimento às demandas pactuadas com o Ministério da Saúde no âmbito dos contratos de fornecimento de Bio-Manguinhos. O material será utilizado como suporte às atividades técnico-operacionais desenvolvidas na SEAPQ/LAFIQ/DEQUA, especialmente no contexto do projeto ACWY – Projetos/TT, contribuindo para a execução das diferentes etapas produtivas que compõem o portfólio institucional e possibilitando o atendimento às crescentes demandas de produção.

O item será aplicado como material de apoio em atividades de fixação, vedação e pequenos reparos estruturais, necessários à montagem, estabilidade e manutenção de dispositivos e acessórios utilizados nos processos técnico-operacionais. Sua utilização é essencial para garantir a integridade física dos conjuntos montados, a confiabilidade das operações e a continuidade das atividades laboratoriais e produtivas, assegurando condições adequadas de funcionamento e reduzindo riscos de falhas ou retrabalhos.

A aquisição encontra-se alinhada ao planejamento anual orçamentário de Bio-Manguinhos e às iniciativas estratégicas voltadas ao fornecimento de imunobiológicos, sendo fundamental para a manutenção da capacidade produtiva e para o cumprimento das metas institucionais estabelecidas junto ao Ministério da Saúde. A indisponibilidade do material pode comprometer a execução das atividades previstas, impactar a estabilidade de dispositivos utilizados nos processos e gerar atrasos nas rotinas operacionais, com possíveis reflexos no atendimento das demandas produtivas.

A escolha da cola epóxi Araldite Rápido da marca Tekbond fundamenta-se em critérios técnicos previamente validados nas rotinas do projeto, considerando suas propriedades físico-químicas, como elevada resistência mecânica, tempo de cura reduzido, estabilidade após secagem e comprovada compatibilidade com os materiais empregados, incluindo metais, plásticos e superfícies poliméricas. O produto já foi utilizado anteriormente em aplicações semelhantes, apresentando desempenho satisfatório, sem ocorrência de falhas, deslocamentos ou incompatibilidades, o que confere maior segurança e confiabilidade às aplicações realizadas.

A eventual substituição por produtos de outras marcas pode implicar variações no tempo de cura, redução da resistência mecânica ou aderência inadequada, comprometendo a estabilidade dos dispositivos e podendo ocasionar retrabalhos, falhas operacionais ou riscos adicionais às atividades. Dessa forma, a indicação da marca não configura preferência comercial, mas sim uma necessidade técnica devidamente justificada com base em desempenho, segurança e compatibilidade com as aplicações previstas no projeto ACWY – Projetos/TT. Ressalta-se ainda que o material pode ser considerado previamente qualificado para uso nas atividades do projeto, em razão do histórico de utilização e dos resultados obtidos, ainda que não haja formalização de padronização institucional.

Por fim, a estimativa de quantidades foi elaborada com base na demanda histórica de utilização do material, na frequência de aplicação nas rotinas operacionais e nas exigências do controle de qualidade, de modo a assegurar a disponibilidade contínua do insumo e evitar interrupções no fluxo de trabalho.

Pedido de compra nº 221633

Os itens em epígrafe compreendem um conjunto diversificado de materiais de consumo, componentes e acessórios destinados às atividades de manutenção preventiva e corretiva de natureza predial, mecânica, hidráulica, civil e estrutural no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais englobam conexões hidráulicas, sifões, uniões, joelhos, reduções, mangueiras, gaxetas e elementos de vedação, além de componentes metálicos e estruturais, como perfis, vergalhões, abraçadeiras, trilhos, correntes, suportes, calhas e grelhas. Incluem ainda ferragens e acessórios de portas, tais como fechaduras, trincos, fechos, molas aéreas e corrediças, bem como materiais de vedação, selagem e acabamento, a exemplo de silicones, veda-frestas, veda-portas, vernizes, resinas, catalisadores e fundos anticorrosivos, além de itens destinados à manutenção de mobiliários, equipamentos, sistemas de drenagem, esgoto e utilidades, e componentes de reposição para sistemas auxiliares, como acoplamentos, conectores, plugues, espigões e adaptadores.

Tais materiais são empregados de forma contínua nas rotinas de manutenção para correção de desgastes naturais decorrentes do uso intensivo das instalações, recomposição estrutural e funcional de sistemas prediais e industriais, adequações de layout e infraestrutura, eliminação de vazamentos, folgas, processos corrosivos e falhas mecânicas, bem como para atendimento às Ordens de Manutenção Preventiva e Corretiva, assegurando a segurança operacional, sanitária e estrutural das áreas.

Considerando que Bio-Manguinhos opera em ambiente industrial farmacêutico, com áreas classificadas e rigorosos requisitos regulatórios, a manutenção adequada das edificações, sistemas de utilidades e estruturas de apoio é condição indispensável para a continuidade das atividades produtivas, devendo observar estritamente os Procedimentos Operacionais Padrão, os planos de manutenção estabelecidos e as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nesse contexto, a aquisição desses materiais possibilita a realização de intervenções pontuais, controladas e tecnicamente adequadas, preservando as estruturas e sistemas existentes e promovendo a substituição apenas dos componentes comprometidos, evitando reformas extensivas desnecessárias, paralisações prolongadas de áreas produtivas e laboratoriais, elevação de custos operacionais e exposição a riscos sanitários, estruturais e de segurança.

A disponibilidade contínua desses insumos contribui diretamente para a manutenção da integridade física e funcional das instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, o prolongamento da vida útil dos ativos institucionais e o atendimento ao princípio da economicidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Os materiais serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”, sistemas de utilidades e infraestrutura predial, casas de máquinas, áreas técnicas, laboratórios, áreas de apoio, estruturas metálicas, civis e hidráulicas, bem como áreas externas e sistemas de drenagem.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses materiais essenciais às rotinas de manutenção, assegurando a execução eficiente das manutenções preventivas e corretivas, a segurança estrutural, mecânica e sanitária das instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a redução de riscos operacionais e de não conformidades regulatórias, a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais e o atendimento tempestivo às demandas emergenciais de manutenção.

A indisponibilidade desses materiais pode comprometer a integridade das edificações e sistemas de apoio, ocasionar falhas estruturais, vazamentos e riscos de acidentes, gerar paralisações não programadas de áreas críticas, resultar em não conformidades em auditorias e inspeções sanitárias e impactar diretamente a segurança operacional e o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde, caracterizando-os como insumos estratégicos para a manutenção da infraestrutura fabril e para a sustentabilidade da capacidade produtiva institucional.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção predial, mecânica e hidráulica, no desgaste natural das instalações e equipamentos, na frequência das intervenções previstas nos planos de manutenção, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial e nas demandas projetadas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222756

Os materiais relacionados, compreendendo telas metálicas, telas tipo mosquiteiro e telas poliméricas, são indispensáveis às atividades de manutenção predial, mecânica e sanitária do Parque Fabril de Bio-Manguinhos, sendo amplamente utilizados para proteção física, ventilação controlada, segregação de áreas, contenção de acessos e controle de vetores. Esses materiais são aplicados na proteção de aberturas técnicas, venezianas, dutos e grelhas de ventilação, na instalação e recomposição de barreiras físicas contra insetos, roedores e pragas, na segregação de áreas técnicas e industriais, no reforço de proteções mecânicas em máquinas e equipamentos, bem como na adequação de áreas internas e externas às exigências sanitárias e na manutenção de cercamentos, grades, painéis e suportes estruturais.

A substituição periódica dessas telas torna-se necessária em razão do desgaste natural decorrente da exposição a intempéries, agentes químicos e rotinas frequentes de limpeza, além de processos de corrosão, oxidação, deformações mecânicas e rompimentos de malha, que comprometem sua função como barreira sanitária e de proteção. Nesse contexto, a utilização adequada desses materiais é fundamental para manter a integridade física das instalações, assegurar condições de ventilação compatíveis com os requisitos operacionais sem comprometer o controle sanitário, prevenir o ingresso de vetores em áreas produtivas e de apoio e garantir a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e com os requisitos regulatórios aplicáveis às áreas classificadas e não classificadas.

Os materiais serão utilizados em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo áreas produtivas e de apoio, sistemas de ventilação, exaustão e utilidades, áreas técnicas e prediais, casas de máquinas, áreas externas, cercamentos, grades e proteções industriais, além de almoxarifados e oficinas de manutenção.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de telas compatíveis com as aplicações industriais, assegurando a proteção sanitária das instalações, o controle efetivo de vetores e pragas, a integridade de aberturas técnicas e estruturas, o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos sanitários, operacionais e estruturais e a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais.

A indisponibilidade desses materiais pode comprometer o controle de vetores em áreas industriais, gerar não conformidades sanitárias e prediais, impactar auditorias internas e externas, aumentar o risco de contaminações ambientais e provocar restrições operacionais em áreas produtivas e técnicas, caracterizando-os como insumos estratégicos para a manutenção da infraestrutura fabril e para a garantia da segurança sanitária, operacional e regulatória de Bio-Manguinhos.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção predial e mecânica, no desgaste natural e nas substituições recorrentes, na periodicidade estabelecida nos planos de manutenção preventiva, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222637

O rejunte antifungo, objeto deste pedido, é indispensável para a execução das atividades de manutenção predial preventiva e corretiva nas áreas industriais, laboratoriais, técnicas e de apoio de Bio-Manguinhos, especialmente em ambientes que demandam elevados padrões de higiene, limpeza e controle sanitário. Trata-se de material essencial para a recomposição e vedação de juntas entre revestimentos cerâmicos e porcelanatos, bem como para a correção de fissuras, trincas e falhas em rejuntamentos existentes, contribuindo para a prevenção da infiltração de água, umidade e agentes contaminantes e para a manutenção das condições sanitárias de pisos e paredes.

A aplicação do rejunte antifungo é fundamental para impedir a proliferação de fungos, mofo e microrganismos, preservar a integridade dos revestimentos, manter superfícies lisas, íntegras e de fácil higienização e garantir a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, além de mitigar riscos sanitários e estruturais decorrentes da degradação dos ambientes. Sua utilização é particularmente relevante em áreas sujeitas à umidade e a processos frequentes de limpeza, onde a integridade do rejuntamento exerce papel crítico na manutenção das condições ambientais controladas.

O material será utilizado em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”, laboratórios de controle de qualidade, áreas técnicas e de apoio, corredores técnicos, áreas de circulação, sanitários industriais e demais instalações prediais e industriais sujeitas à umidade e higienização frequente.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de rejunte antifungo adequado, padronizado e homologado, assegurando a manutenção das condições sanitárias das instalações, o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos sanitários e estruturais, a preservação da vida útil dos revestimentos e a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais.

A indisponibilidade desse material pode favorecer a proliferação de fungos e microrganismos, comprometer a higienização das áreas, gerar não conformidades em auditorias sanitárias, impactar negativamente os ambientes produtivos e laboratoriais e demandar intervenções corretivas emergenciais com maior custo e complexidade.

A escolha do rejunte antifungo da marca Quatzolit fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à indicação de marca tecnicamente justificada e à padronização de bens pela Administração Pública. Os produtos dessa marca são amplamente utilizados nas instalações de Bio-Manguinhos, apresentando desempenho satisfatório quanto à ação antifúngica, durabilidade, resistência química, compatibilidade com os revestimentos existentes e facilidade de limpeza e manutenção, sendo adequados para ambientes sujeitos à umidade e higienização frequente.

A utilização de materiais não homologados pode resultar em proliferação de fungos e mofo, degradação precoce do rejunte, dificuldades de higienização, não conformidades sanitárias e aumento da necessidade de retrabalho e manutenção, comprometendo a confiabilidade das instalações. Dessa forma, a padronização e aquisição do material especificado mostram-se tecnicamente necessárias para garantir a segurança sanitária, a eficiência operacional e a continuidade das atividades estratégicas de Bio-Manguinhos.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção predial, nas áreas com maior incidência de umidade, na frequência de intervenções corretivas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 223050

Os itens em epígrafe, ganchos adesivos removíveis, constituem materiais de consumo utilizados para a fixação temporária de instrumentos, etiquetas, cabos e equipamentos leves em paredes e superfícies lisas, contribuindo para a organização de áreas técnicas, administrativas e produtivas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Sua aplicação permite a instalação rápida e segura de suportes sem a necessidade de perfuração ou danos às superfícies, sendo especialmente adequada para ambientes que exigem preservação estrutural e flexibilidade de layout.

Esses dispositivos são amplamente empregados na organização e distribuição de pequenos materiais utilizados nas rotinas operacionais e de manutenção, possibilitando melhor aproveitamento dos espaços e maior controle visual dos itens. Além disso, permitem o reposicionamento conforme a necessidade das atividades, mantendo a integridade das superfícies e dos equipamentos, característica relevante em áreas sensíveis e classificadas.

Os ganchos adesivos são projetados para suportar cargas leves dentro de sua capacidade nominal, sendo submetidos a condições típicas de ambientes internos, com variações de umidade e temperatura, além de ciclos de remoção e reposicionamento. Sua utilização contribui para a organização eficiente das áreas de trabalho, redução de riscos de acidentes decorrentes de objetos soltos, maior agilidade na instalação de dispositivos auxiliares e preservação de superfícies críticas.

A indisponibilidade desses itens pode dificultar a organização de equipamentos e cabos leves, aumentar o risco de quedas de objetos e acidentes, gerar a necessidade de soluções improvisadas que podem causar danos às superfícies e comprometer a eficiência operacional das áreas de manutenção e produção.

Os materiais serão utilizados em áreas administrativas e técnicas, laboratórios de manutenção, sistemas de utilidades e supervisórios, bem como em pontos de fixação temporária em áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C” do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses dispositivos, assegurando suporte seguro e fixação temporária de itens leves, manutenção da organização e segurança das áreas de trabalho, facilidade de reposicionamento de dispositivos e mitigação de riscos operacionais e de acidentes.

Adicionalmente, a utilização desses itens proporciona ganhos em organização, eficiência e segurança nas áreas técnicas e administrativas, contribuindo para a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais, melhoria na gestão de cabos, etiquetas e pequenos equipamentos e redução de riscos operacionais e mecânicos.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo nas rotinas de manutenção e organização, na necessidade de substituição periódica em função de desgaste ou perda de adesão, na manutenção de estoque mínimo para atendimento a demandas emergenciais e nas necessidades previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

Pedido de compra nº 223407

O item em epígrafe refere-se à fita adesiva de demarcação em PVC, utilizada para a sinalização e organização de áreas produtivas, técnicas e administrativas do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Trata-se de material de consumo essencial para a delimitação de corredores, passagens e áreas de circulação de pessoas e equipamentos, bem como para a marcação de áreas de risco, espaços destinados ao armazenamento de produtos químicos ou materiais sensíveis e identificação de locais de acesso restrito ou destinados à manutenção, contribuindo para a organização visual e o correto fluxo das operações.

A utilização adequada desse material é fundamental para garantir a segurança dos ambientes, a eficiência operacional e a conformidade com normas internas e externas relacionadas à segurança do trabalho e às Boas Práticas de Fabricação. A fita de demarcação está continuamente sujeita a condições de desgaste, como atrito decorrente da circulação de pessoas e equipamentos, rotinas frequentes de limpeza com uso de produtos químicos e exposição a variações de temperatura e iluminação típicas do ambiente industrial, o que torna necessária sua substituição periódica para manutenção da visibilidade e da eficácia das sinalizações.

A aplicação contínua desse material assegura a permanência de marcações visíveis e padronizadas, contribuindo para a redução de riscos de acidentes e colisões, a organização adequada dos espaços e o atendimento aos requisitos de segurança operacional e regulatória. A indisponibilidade da fita pode resultar em áreas de circulação e operação mal sinalizadas, aumento do risco de acidentes envolvendo colaboradores e equipamentos, não conformidades em auditorias de segurança e comprometimento da organização e eficiência operacional, podendo inclusive ocasionar restrições ou interrupções em áreas críticas.

O material será utilizado em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo áreas de produção, laboratórios, corredores e áreas de circulação, armazéns e depósitos de insumos, além de áreas técnicas e administrativas.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de fita adesiva de demarcação, assegurando a sinalização visível e padronizada de áreas críticas, a organização e segurança das instalações, a conformidade com normas internas e Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos operacionais e de acidentes e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e prediais.

Adicionalmente, a fita de demarcação configura-se como componente estratégico para a segurança e organização do Parque Fabril, contribuindo para a integridade das operações produtivas, a segurança de colaboradores e visitantes, o cumprimento de normas de segurança e auditorias, a eficiência operacional e a adequada visualização de fluxos e áreas críticas, além de apoiar o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base na extensão das áreas de produção, laboratórios e corredores do Parque Fabril, no histórico de consumo e substituição periódica do material, no desgaste natural decorrente da circulação e das rotinas de limpeza, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para reposição emergencial e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222998

Os itens em epígrafe, válvula solenoide EVS 15 (5/8 R), ventilador com corpo metálico e rolamento e massa furânica epóxi anticorrosiva, constituem componentes essenciais para a operação, segurança, controle de processos, ventilação, dissipação térmica e integridade estrutural de equipamentos e sistemas industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos. Esses materiais são amplamente empregados em sistemas de utilidades, processos industriais automatizados, painéis elétricos e eletromecânicos, bem como em áreas técnicas, casas de máquinas e infraestrutura predial, atendendo às demandas de manutenção preventiva e corretiva.

As válvulas solenoides desempenham papel fundamental no controle automatizado do fluxo de fluidos e gases, possibilitando acionamento seguro e preciso em processos industriais, contribuindo para a confiabilidade operacional de utilidades e equipamentos e garantindo aderência aos requisitos de segurança, automação e Boas Práticas de Fabricação. Os ventiladores com corpo metálico e rolamento são responsáveis pela ventilação forçada e dissipação térmica de painéis e equipamentos, prevenindo o sobreaquecimento de componentes eletromecânicos, assegurando a operação contínua e estável dos sistemas e contribuindo diretamente para o aumento da vida útil dos ativos industriais. Já a massa furânica epóxi anticorrosiva é utilizada em atividades de rejunte, reparo e preenchimento estrutural, atuando na proteção de superfícies contra corrosão química e desgaste mecânico, além de garantir a integridade de bases, suportes e equipamentos em ambientes industriais agressivos.

Os materiais especificados apresentam compatibilidade elétrica, mecânica e dimensional com os sistemas existentes, além de robustez construtiva e confiabilidade adequadas ao uso contínuo em ambiente fabril, caracterizado por condições operacionais severas. Sua utilização está alinhada às normas técnicas aplicáveis e aos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, sendo indispensável para a manutenção da estabilidade e segurança dos processos produtivos.

A indisponibilidade desses componentes pode acarretar falhas no controle de processos e sistemas automatizados, comprometimento da ventilação e da dissipação térmica de equipamentos, aceleração do desgaste e redução da vida útil dos ativos, aumento de paradas não programadas, elevação dos riscos operacionais e de segurança, além de possíveis não conformidades técnicas e sanitárias em auditorias e inspeções.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no campus de Manguinhos/RJ, abrangendo sistemas de utilidades e automação industrial, linhas de produção e equipamentos de processo, painéis elétricos e eletromecânicos, áreas técnicas, casas de máquinas e infraestrutura predial, incluindo áreas produtivas classificadas nos graus “B” e “C”.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desses componentes industriais, assegurando a operação segura e confiável dos sistemas, a continuidade dos processos produtivos e de apoio, o atendimento tempestivo às demandas de manutenção preventiva e corretiva, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e normas técnicas e a mitigação de riscos operacionais e produtivos.

Adicionalmente, tais materiais possuem elevada relevância estratégica, uma vez que contribuem diretamente para a confiabilidade dos sistemas industriais, a estabilidade das linhas de produção, a preservação da integridade dos equipamentos, a segurança operacional das equipes técnicas e a continuidade das atividades essenciais, sendo determinantes para o cumprimento das metas pactuadas com o Ministério da Saúde. A falha ou indisponibilidade desses itens impacta diretamente a confiabilidade dos sistemas industriais, a estabilidade dos processos produtivos, a segurança operacional e a capacidade produtiva institucional.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no histórico de consumo em manutenções industriais, na quantidade de equipamentos e sistemas instalados, na vida útil e no desgaste natural dos componentes, na frequência das manutenções preventivas e corretivas, nas condições operacionais do ambiente industrial, na necessidade de manutenção de estoque mínimo para atendimento emergencial e nas demandas previstas para o exercício de 2026.

Pedido de compra nº 222671

Os itens em epígrafe, consistentes em fita antiderrapante, são indispensáveis para garantir a segurança operacional e a prevenção de acidentes nas áreas industriais, laboratoriais e administrativas de Bio-Manguinhos. Trata-se de material de consumo amplamente utilizado em ambientes industriais submetidos a rigoroso controle sanitário, sendo aplicado em pisos, rampas, escadas, passarelas, plataformas, áreas molhadas e zonas de circulação, com a

finalidade de reduzir o risco de escorregamentos e quedas, especialmente em locais com presença de umidade, resíduos líquidos ou submetidos a procedimentos frequentes de limpeza.

A utilização desse material é tecnicamente necessária para atendimento às Boas Práticas de Fabricação, às normas de segurança do trabalho e aos requisitos sanitários e regulatórios aplicáveis às instalações industriais e laboratoriais, contribuindo diretamente para a preservação da integridade física de colaboradores, visitantes e prestadores de serviço. Sua aplicação promove o aumento da aderência em superfícies lisas ou escorregadias, a prevenção de acidentes em áreas críticas, a adequação de escadas, rampas e desníveis, a sinalização funcional de áreas de risco e a manutenção de condições seguras de circulação nos ambientes produtivos, além de atender às exigências de segurança e saúde ocupacional.

A indisponibilidade desse material compromete as ações preventivas de segurança, podendo resultar em acidentes pessoais, afastamentos, passivos trabalhistas, não conformidades em auditorias internas e externas e riscos à continuidade operacional. O material será utilizado em todo o Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas, laboratórios, áreas classificadas, áreas administrativas, corredores técnicos, escadas, rampas, almoxarifados e demais estruturas prediais de apoio.

Nesse contexto, a contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua desse insumo essencial às rotinas operacionais e de manutenção predial, assegurando condições seguras de circulação nas instalações, prevenção de acidentes de trabalho, conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, atendimento às normas de segurança do trabalho, mitigação de riscos operacionais e ocupacionais e continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas.

Adicionalmente, a fita antiderrapante apresenta elevada relevância estratégica, uma vez que sua indisponibilidade pode aumentar o risco de escorregamentos e quedas, comprometer a segurança de colaboradores e visitantes, gerar não conformidades em auditorias sanitárias e de segurança, ocasionar afastamentos e impactos operacionais, afetar indiretamente a continuidade das atividades produtivas estratégicas e comprometer o cumprimento das entregas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Por fim, a estimativa das quantidades foi elaborada com base no desgaste natural do material decorrente do tráfego intenso, no histórico de reposição nas rotinas de manutenção predial, na extensão das áreas industriais e classificadas, na necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para intervenções corretivas imediatas e nas demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEBLQ	ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA
SECIL	ADRIANA ERLER VACCARI
SEMRE/SEMAP	WAGNER ALVES DA SILVA
LAEPC	ALEX COSTA DE ALMEIDA
SEQAC	WALTER ALEXANDRE DOS SANTOS JUNIOR
DEMAN	RODRIGO RODRIGUES GRION
DIAPR-BT	REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES
DIPCM/SEMEL	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
SEAPQ	ANA CLAUDIA BERGAMO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material de Manutenção, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários. É importante ressaltar que tais quantidades são estimativas e, portanto, a CONTRATANTE não estará obrigada a requisitar a entrega em sua totalidade. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e documento de Autorização de Entrega de Material (AEM).

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;

- b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade;
- c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;
- d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;
- e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

Código	Material / Serviço	Unid	Qtd
10665	GANCHO ADESIVO PLASTICO;GRANDE;REMOVIVEL;ATE 2,3KG;3M	UN	20
19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	2
26932	FITA,AUTOADESIVA;MULTIUSO;10MX30CM	UN	6
33015	SACO,RAFIA;ENTULHO;60X90CM;50KG;PT100UN	PT	1
33172	SELANTE,ACRILICO;SIKAFLEX;CINZA;1A PLUS,SIKA	BI	20
33172	SELANTE,ACRILICO;SIKAFLEX;CINZA;1A PLUS,SIKA	BI	125
36553	FORRO;MODULAR;MINERAL;BA;15X625X1250MM	UN	94
37037	TELHA;GALVANIZADA;2,20X1,26M	UN	2
37037	TELHA;GALVANIZADA;2,20X1,26M	UN	2
37105	GONZO;FERRO;1/2"	UN	4
40048	MANGUEIRA,TRANSPARENTE;CRISTAL;3/4"X3,0MM	UN	10
40067	MOLA,AEREA;HIDRAULICA;POTENCIA 2;APL PORTA	UN	9
44349	TRINCO,CHATO;INOX;4";100X45MM	UN	16
46835	FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL 20M	RL	56
55120	MANTA;ADESIVADA;ALUMINIZADA;25MMX100MMX9000	M2	11
57200	TUBO;ISOLANTE;ESPONJOSO;BLINDADO,BRANCO;7/8,BARRA,2M	UN	16
57652	FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M	UN	3
57652	FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M	UN	10
57652	FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M	UN	3
57853	FITA,CREPE,AUTOMOTIVA;AMARELA;48MMX40M	UN	200
57892	COLA,EPOXI;ARALDITE,RAPIDO;10848501100,TEKBOND;CX,23G,2,BI	CX	20
58917	REVESTIMENTO;P/PISO;FORMA-BRANCO;AC;45X45CM	M2	11
59533	FITA,FILME;PROTECAO;MECANICA,ADESIVA;BRANCA;10CM;RL30M	RL	1
60663	VEDA,PORTA;VASSOURA;PVC;BR;800MM	UN	31
60791	SOLVENTE;INCOLOR;0,80-0,95G/CM³;LT5L	LT	2
60892	TELA,MOSQUITEIRO;INOX;16X16;FIO 31;LARGURA 1,5M	M	74
60894	TELA,MOSQUITEIRO;ALUMINIO;14X14;FIO 31;LARGURA 1,5M	M	6
61699	TELA,LOSANGULAR;PVC;VERDE;MALHA65MM;FIO3,4MM;LARGURA 2,5M	M	3
63295	FITA,BORDA;PVC;FREIJO;ESSENCIAL-WOOD;35X0,40MM;RL 20M	RL	3
63339	REJUNTE,ANTIFUNGO;CINZA PLATINA;0107000200015FD,QUARTZOLIT	SC	4
63704	FITA,ALUMINIO;ADESIVO,ACRILICO;50MMX50M	RL	9
64372	PEDRA,GRANITO;CINZA;CORUMBA;0,57X0,02X0,02CM,APL DIV	UN	2
64449	TELA,ONDULADA;ACO,INOX;40X40MM;3,4MM(BWG10);3X1,20M	UN	1
64492	PEDRA,GRANITO;CINZA;CORUMBA;1,67X0,02X0,02M;APL DIV	UN	2
64579	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 1,5KG	UN	3
64580	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 2,5KG	UN	3
64581	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 3,0KG	UN	3
64699	FITA,ADESIVA;DEMARCAÇÃO;PVC;PRETO;100MMX30M	RL	3
64793	GRAMPO,PRESILHA;UNIVERSAL;NYLON;CINZA;7,6X22X20MM	UN	40
64822	FITA,PTFE;0,13X30MM;260°C;RL10MTS	RL	3
64828	MASSA,FURANICA;EPOXI;ANTICORROSIVA;BRANCA;1KG,APL REJUNTE	KG	1
65249	PEDRA,MARMORE;BRANCA;POLIDO;1,21X0,29X0,02CM	UN	2
65533	CALÇO,TRAPEZIO;PRETA;PP;3FUROS;MEDIO,APL TELHADO TR40	UN	120
65888	BRITAMENTO,PEDRA;PO;Nº0;0,5MM-4,8MM;1M3;APL CONSTRUÇÃO CIVIL	M3	3

66121	FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL100M	RL	18
67165	FITA,ANTIDERRAPANTE;VINIL;IMPER;PRETA;50MM;RL5MTS	RL	15

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
57652	FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M	UN	0	0	120	0	16
33172	SELANTE,ACRILICO;SIKAFLEX;CINZA;1A PLUS,SIKA	BI	12	53	30	0	20
46835	FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL 20M	RL	120	0	0	0	56
26932	FITA,AUTOADESIVA;MULTIUSO;10MX30CM	UN	0	0	75	0	6
40067	MOLA,AEREA;HIDRAULICA;POTENCIA 2;APL PORTA	UN	0	10	15	0	9

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
10665	GANCHO ADESIVO PLASTICO;GRANDE;REMOVIVEL;ATE 2,3KG;3M	UN	0	0	18	0	20
57892	COLA,EPOXI;ARALDITE,RAPIDO;10848501100,TEKBOND;CX,23G,2,BI	CX	0	0	10	0	20
58917	REVESTIMENTO;P/PISO;FORMA-BRANCO;AC;45X45CM	M2	0	0	6	0	11
36553	FORRO;MODULAR;MINERAL;BA;15X625X1250MM	UN	0	33	0	0	94
64699	FITA,ADESIVA;DEMARCAÇÃO;PVC;PRETO;100MMX30M	RL	0	0	0	2	3

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
63339	REJUNTE,ANTIFUNGO;CINZA PLATINA;0107000200015FD,QUARTZOLIT	SC	0	0	0	0	4
67165	FITA,ANTIDERRAPANTE;VINIL;IMPER;PRETA;50MM;RL5MTS	RL	0	0	0	0	15
66121	FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL100M	RL	0	0	0	0	18
59533	FITA,FILME;PROTECAO;MECANICA,ADESIVA;BRANCA;10CM;RL30M	RL	0	0	0	0	1
63295	FITA,BORDA;PVC;FREIJO;ESSENCIAL-WOOD;35X0,40MM;RL 20M	RL	0	0	0	0	3
64822	FITA,PTFE;0,13X30MM;260°C;RL10MTS	RL	0	0	0	0	3
65888	BRITAMENTO,PEDRA;PO;Nº0;0,5MM-4,8MM;1M3;APL CONSTRUÇÃO CIVIL	M3	0	0	0	0	3
60892	TELA,MOSQUITEIRO;INOX;16X16;FIO 31;LARGURA 1,5M	M	0	0	0	0	74
60894	TELA,MOSQUITEIRO;ALUMINIO;14X14;FIO 31;LARGURA 1,5M	M	0	0	0	0	6
61699	TELA,LOSANGULAR;PVC;VERDE;MALHA65MM;FIO3,4MM;LARGURA 2,5M	M	0	0	0	0	3
64449	TELA,ONDULADA;ACO,INOX;40X40MM;3,4MM(BWG10);3X1,20M	UN	0	0	0	0	1
64793	GRAMPO,PRESILHA;UNIVERSAL;NYLON;CINZA;7,6X22X20MM	UN	0	0	0	0	40

60663	VEDA,PORTA;VASSOURA;PVC;BR;800MM	UN	0	0	0	0	31
60791	SOLVENTE;INCOLOR;0,80-0,95G/CM³;LT5L	LT	0	0	0	0	2
40048	MANGUEIRA,TRANSPARENTE;CRISTAL;3/4X3,0MM	UN	0	0	0	0	10
55120	MANTA;ADESIVADA;ALUMINIZADA;25MMX100MMX9000	M2	0	0	0	0	11
64372	PEDRA,GRANITO;CINZA;CORUMBA;0,57X0,02X0,02CM,APL DIV	UN	0	0	0	0	2
64492	PEDRA,GRANITO;CINZA;CORUMBA;1,67X0,02X0,02M,APL DIV	UN	0	0	0	0	2
65249	PEDRA,MARMORE;BRANCA;POLIDO;1,21X0,29X0,02CM	UN	0	0	0	0	2
64828	MASSA,FURANICA;EPOXI;ANTICORROSIVA;BRANCA;1KG,APL REJUNTE	KG	0	0	0	0	1
57200	TUBO;ISOLANTE;ESPONJOSO;BLINDADO,BRANCO;7/8,BARRA,2M	UN	0	0	0	0	16
64579	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 1,5KG	UN	0	0	0	0	3
64580	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 2,5KG	UN	0	0	0	0	3
64581	GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 3,0KG	UN	0	0	0	0	3
44349	TRINCO,CHATO;INOX;4;100X45MM	UN	0	0	0	0	16
65533	CALÇO,TRAPEZIO;PRETA;PP;3FUROS;MEDIO,APL TELHADO TR40	UN	0	0	0	0	120
63704	FITA,ALUMINIO;ADESIVO,ACRILICO;50MMX50M	RL	0	0	0	0	9
37105	GONZO;FERRO;1/2	UN	0	0	0	0	4

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
19304	ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE	UN	3	0	2	0	2
33015	SACO,RAFIA;ENTULHO;60X90CM;50KG;PT100UN	PT	0	1	0	0	1
37037	TELHA;GALVANIZADA;2,20X1,26M	UN	0	0	2	2	2
57853	FITA,CREPE,AUTOMOTIVA;AMARELA;48MMX40M	UN	0	0	200	0	200

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): SIGILOS

O valor dessa contratação está estimado em R\$ SIGILOS

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade / aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
3590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS	254445-23/2026	340
8040	ADESIVOS	254445-23/2026	307
8105	SACOS E BOLSAS	254445-23/2026	261
8030	COMPOSTOS PRESERVATIVOS E VEDANTES	254445-23/2026	224
5640	PAINEL DE PAPELÃO,PAPEL EMPREGADO EM CONSTRUÇÃO E MATERIAIS DE ISOLAMENTO TÉRMICO	254445-23/2026	376
5340	FERRAGENS DIVERSAS	254445-23/2026	226
4240	EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO	254445-23/2026	382
6640	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	254445-24/2026	3
7510	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	254445-23/2026	365
7220	REVESTIMENTOS PARA PISOS	254445-23/2026	360
5970	ISOLADORES ELÉTRICOS E MATERIAIS ISOLANTES	254445-23/2026	319
8010	TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS CORRELATOS	254445-23/2026	305
5610	MATERIAIS DE ORIGEM MINERAL PARA CONSTRUÇÃO, A GRANEL	254445-23/2026	338
6310	SISTEMA DE SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO E TRÂNSITO	254445-23/2026	356
5330	GAXETAS E OUTROS MATERIAIS PARA VEDAÇÃO	254445-23/2026	374

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

15.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

15.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas>, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LUCIO VENTURA DA SILVA

Equipe de Planejamento

ADRIANA ERLER VACCARI

Equipe de Planejamento

WAGNER ALVES DA SILVA

Equipe de Planejamento

ALEX COSTA DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento

WALTER ALEXANDRE DOS SANTOS JUNIOR

Equipe de Planejamento

RODRIGO RODRIGUES GRION

Equipe de Planejamento

REGINA SANTOS DE AZEVEDO ALVES

Equipe de Planejamento

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Equipe de Planejamento

ANA CLAUDIA BERGAMO

Equipe de Planejamento

FLAVIO ISIDORO DA SILVA

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 25386.000645/2026-33)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Fundação Oswaldo Cruz, por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora, Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25386.000645/2026-33 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de materiais de construção, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados do pedido da contratante, quando enviado por endereço eletrônico, formulado sob nota de empenho e/ou ordem de fornecimento e/ou Autorização de entrega ou da data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

- 2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **15 (quinze) dias**;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o **Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Requisição de Compras**RCO : 2026/0432-RCO NACIONAL - CONSTRUÇÃO****Especificações:**

Item : 1

Material: GANCHO ADESIVO PLASTICO;GRANDE;REMOVIVEL;ATE 2,3KG;3M

GANCHO ADESIVO EM PLÁSTICO; TAMANHO GRANDE; REMOVÍVEL DO SUPORTE;
SUPORTA ATÉ 2,3KG;

MARCA 3M COMMAND*****GANCHO ADESIVO

Utilizado para pendurar objetos em superfícies como vidros, madeiras, superfícies
metálicas, plásticos e superfícies
lisas em geral.

Item : 2

Material: ALICATE RECRAVADOR MANUAL; 20MM; AI; RESIST AUTOCLAVE

ALICATE PARA RECRAVAÇÃO MANUAL

MEDIDA: 20MM

EM AÇO INOXIDÁVEL

RESISTENTE À AUTOCLAVE

Item : 3

Material: FITA,AUTOADESIVA;MULTIUSO;10MX30CM

FITA AUTOADESIVA MULTIUSO MATERIAL:MEMBRANA ASFÁLTICA
IMPERMEÁVEL,ESTRUTURANTE

CENTRAL EM POLIETILENO;DIMENSÃO:10MX30CM

Item : 4

Material: SACO,RAFIA;ENTULHO;60X90CM;50KG;PT100UN

SACO DE RÁFIA PARA ENTULHO;

MEDIDA DE 60CM DE LARGURA E 90CM DE ALTURA;CAPACIDADE DE 50KG DE ARMAZENAMENTO;

PACOTE COM 100 UNIDADES;

UTILIZAÇÃO DESCARTE DE ENTULHO

Item : 5

Material: SELANTE,ACRILICO;SIKAFLEX;CINZA;1A PLUS,SIKA

SELANTE ACRILICO;SIKAFLEX;MONOCOMPONENTE;

POLIURETANO;CINZA;REFERENCIA: 1A PLUS, FABRICANTE SIKA;

FORNECIDO EM BISNAGA DE 300 ML;

APLICAÇÃO: UTULIZADO EM SELAGEM DE JUNTAS, FISSURAS, PISOS E ETC...

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO)

DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

Item : 6

Material: FORRO;MODULAR;MINERAL;BA;15X625X1250MM

FORRO MODULAR MINERAL; COR BRANCO;

DIMENSÃO 15X625X1250MM

PODENDO HAVER UMA VARIAÇÃO DE 10% PARA MAIS(+) OU PARA MENOS(-).

Item : 7

Material: GONZO;FERRO;1/2"

GERRO EM FERRO; 1/2"

Item : 8

Material: MANGUEIRA,TRANSPARENTE;CRISTAL;3/4"X3,0MM

MANGUEIRA TRANSPARENTE DE CRISTAL 3/4" X 3,0MM

Item : 9

Material: MOLA,AEREA;HIDRAULICA;POTENCIA 2;APL PORTA

MOLA AÉREA HIDRAULICA

NA POTÊNCIA 2:

BRAÇO COM ENGATE RAPIDO

DUAS VÁLVULAS INDEPENDENTES DE CONTROLE

PESO MÁXIMO DA PORTA 50KG

REVERSÍVEL (PODER SER INTALADA EM PORTAS A DIREITA OU A ESQUERDA)

LARGURA MÁXIMA DA PORTA 900MM

ALTURA MÁXIMA DA PORTA 2100MM

COR: PRATA

APLICAÇÃO PORTAS EM GERAL

Item : 10

Material: TRINCO,CHATO;INOX;4";100X45MM

TRINCO CHATO (PORTA CADEADO);

TOTALMENTE INOX;

TAMANHO: 100X45MM

Item : 11

Material: FITA,ANTIDERRAPANTE;PRETA;ABRASIVO;50MM;RL 20M

FITA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA; ABRASIVO; ROLO DE 20 METROS POR 50MM
LARGURA

APLICAÇÃO PISOS, ESCADAS, RAMPAS OU PASSARELAS

Item : 12

Material: TUBO;ISOLANTE;ESPONJOSO;BLINDADO,BRANCO;7/8,BARRA,2M

TUBO PARA ISOLAMENTO TÉRMICO EM TUBOS DE AR CONDICIONADO, EM
POLIETILENO BLINDADO BRANCO, DIMETRO INTERNO 22MM/7/8", BARRAS DE
2M DE COMPRIMENTO

Item : 13

Material: FITA DUPLA FACE;ALTA FIXACAO;12MMX30M

FITA DUPLA FACE FORTE DE ALTA FIXAÇÃO PARA OBJETOS PESADOS, RESISTENTE A PRODUTOS

QUÍMICOS, COM FIXAÇÃO EM LOCAIS COM CALOR E FRIO, ADERÊNCIA EM SUPERFÍCIES ASPERAS E

LISAS.

PARA FIXAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO AÉREAS E LATERAIS, PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO E

ORIENTAÇÃO, MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EXPOSITORES, DISPLAYS E ACRÍLICOS

APLICAÇÃO EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS

MEDIDAS: LARGURA 12MM POR 33 METROS DE COMPRIMENTO

Item : 14

Material: FITA,CREPE,AUTOMOTIVA;AMARELA;48MMX40M

FITA

TIPO: CREPE AUTOMOTIVA ALTA PERFORMANCE

COR: AMARELA

LARGURA: 48 MM

COPRIMENTO: 40 M

Item : 15

Material: COLA,EPOXI;ARALDITE,RAPIDO;10848501100,TEKBOND;CX,23G,2,BI

COLA,EPOXI;ARALDITE,RAPIDO;10848501100,TEKBOND;CX,23G,2,BI

COLA INDICADA PARA REPAROS E COLAGENS DE PEQUENAS SUPERFÍCIES DE MATERIAIS LISOS,

POROSOS OU IRREGULARES COMO AZULEJOS, MADEIRA, VIDRO, CONCRETO, FIBRAS NATURAIS,

PEDRAS, A MAIORIA DOS PLÁSTICOS RÍGIDOS (EXCETO POLIPROPILENO, POLIETILENO E NYLON®), METAIS E OUTROS MATERIAIS. RESISTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 70°C, SECAGEM

INICIAL EM 2 MINUTOS E SECAGEM TOTAL EM 2 HORAS.

COMPOSIÇÃO:

COMPONENTE A (RESINA): RESINA EPÓXI.

COMPONENTE B (ENDURECEDOR): 1,8 DIAZABICICLO[5.4.0]UNDEC-7-ENO, BIS[2-(N,N DIMETHYLAMINO)ETHYL] ETHER.

CURA INICIAL: 5 MINUTOS

CURA TOTAL: 2 HORAS

APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 23 GRAMAS CONTENDO DUAS BISNAGAS (COMPONENTE A E COMPONENTE

B) DE 11,5 GRAMAS CADA.

FABRICANTE: TEKBOND

REFERÊNCIA COMERCIAL: 10848501100

CONDIÇÃO ESPECIAL

NO ATO DO RECEBIMENTO NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO)

DA VIDA ÚTIL (VALIDADE).

Item : 16

Material: REVESTIMENTO;P/PISO;FORMA-BRANCO;AC;45X45CM

REVESTIMENTO PARA PISO; FORMA BRANCO;

ACABAMENTO: ACETINADO;

DIMENSÃO: 45 X 45 CM;

JUNTA DE ASSENTAMENTO: 3 MM;

ESPESSURA: 6,5 MM;

PEÇAS POR CAIXA: 12;

M² POR CAIXA: 2,43 M²;

APLICAÇÃO: PISOS E PAREDES INTERNOS E EXTERNOS, INCLUINDO PISOS INTERNOS MOLHADOS

Item : 17

Material: VEDA,PORTA;VASSOURA;PVC;BR;800MM

VEDA PORTA

TIPO: VASSOURA

MATERIAL: PVC

COR: BRANCO

FIXACAO: FITA AUTO ADESIVA DUPLA FACE AUTO RESITENCIA

COMPRIMENTO: 800MM

Item : 18

Material: SOLVENTE;INCOLOR;0,80-0,95G/CM³;LT5L

MISTURA DE SOLVENTES ORGÂNICOS ALIFÁTICOS E/OU AROMÁTICOS, ISENTA DE BENZENO,

COMPATÍVEL COM TINTAS, VERNIZES E ESMALTES SINTÉTICOS; COR: INCOLOR, LÍQUIDO LÍMPIDO

E HOMOGÊNEO; DENSIDADE: ENTRE 0,80 E 0,95 G/CM³, A 20 °C; EMBALAGEM: METÁLICA COM

CAPACIDADE NOMINAL DE 5 (CINCO) LITROS; APLICAÇÃO: INDICADO PARA DILUIÇÃO, AJUSTE DE

VISCOSIDADE E LIMPEZA DE FERRAMENTAS E SUPERFÍCIES EM PROCESSOS DE PINTURA E

MANUTENÇÃO INDUSTRIAL.

Item : 19

Material: TELA,MOSQUITEIRO;ALUMINIO;14X14;FIO 31;LARGURA 1,5M

TELA

TIPO: MOSQUITEIRO

MATERIAL: ALUMINIO

MALHA: 14 X 14

FIO: 31

LARGURA: 1,50 METROS

TEMPERATURA MAXIMA: 600°C

Item : 20

Material: FITA,BORDA;PVC;FREIJO;ESSENCIAL-WOOD;35X0,40MM;RL 20M

FITA DE BORDA; PVC; ROLO COM 20 METROS;

COR: FREIJÓ PURO;

ACABAMENTO: ESSENCIAL WOOD;

LARGURA: 35 MM;

ESPESSURA: 0,40 MM;

APLICAÇÃO: ACABAMENTO EM MÓVEIS DE MADEIRA E DERIVADOS COMO MDF, MDP, COMPENSADO, ENTRE OUTROS.

Item : 21

Material: REJUNTE,ANTIFUNGO;CINZA PLATINA;0107000200015FD,QUARTZOLIT

REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL; ANTI FUNGO; COR CINZA PLATINA, REFERÊNCIA COMERCIAL

0107000200015FD; MARCA/FABRICANTE QUARTZOLIT WEBER; SACO COM 1 KG

INDICAÇÃO: USO RESIDENCIAL, COMERCIAL E INDUSTRIAL.PISOS E PAREDES.ÁREAS COM

PRESENÇA FREQUENTE DE ÁGUA COMO FACHADAS, BANHEIROS, COZINHAS, LAVANDERIAS E

SAUNAS.JUNTAS DE ASSENTAMENTO: 1 MM ATÉ 10 MM.

REVESTIMENTOS COMPATÍVEIS:CERÂMICAS (INCLUSIVE TIPO QUARTER); PORCELANATO GRÉS,

SEMIGRÉS, RETIFICADO OU TÉCNICO; PASTILHAS DE PORCELANA E DE VIDRO; BLOCOS DE VIDRO;

MÁRMORES E GRANITOS; DEMAIS REVESTIMENTOS QUE APRESENTEM BAIXA ABSORÇÃO DE ÁGUA.

PRODUTO INDICADO PARA REJUNTAMENTO DE REVESTIMENTOS ASSENTADOS SOBRE BASES DE

DRYWALL.

Item : 22

Material: FITA,ALUMÍNIO;ADESIVO,ACRÍLICO;50MMX50M

FITA DE ALUMÍNIO;

TIPO DE ADESIVO ACRÍLICO;

PAPEL SILICONADO;

ALONGAMENTO À RUPTURA: 3%;

LARGURA: 50 MM;

COMPRIMENTO: 50 M;

RESISTENTE À UMIDADE, GASES, VAPORES E RADIAÇÃO UV;

RESISTÊNCIA À TEMPERATURA DE: -40 °C A 160 °C;

APLICAÇÃO: MANUTENÇÃO EM GERAL, PROTEÇÃO PARA FINS ESPECIAIS COM RESISTÊNCIA ADESIVA

SUPERIOR E PARA REPAROS RÁPIDOS E DURADOUROS.

Item : 23

Material: TELA,ONDULADA;ACO,INOX;40X40MM;3,4MM(BWG10);3X1,20M

TELA ONDULADA;

MATERIAL: EM AÇO INOX;

MALHA: 40 X 40 MM;

FIO: 3,40 MM (BWG10);

DIMENSÃO: 3 X 1,20 M;

APLICAÇÃO: SERRALHERIA EM GERAL.

Item : 24

Material: GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 1,5KG

GANCHO;

COM TIRA ADESIVA EM ESPUMA COM ADESIVO À BASE DE BORRACHA;

REMOVÍVEL;

MATERIAL PLÁSTICO;

COR BRANCA;

SUPOORTA PESO DE ATÉ 1,3KG;

APLICAÇÃO PARA PENDURAR OBJETOS EM SUPERFÍCIES COMO VIDROS, MADEIRAS, SUPERFÍCIES

METÁLICAS, PLÁSTICOS E SUPERFÍCIES LISAS EM GERAL.

Item : 25

Material: GANCHO,ADESIVO;REMOVIVEL;PLASTICO;BRANCA;ATE 3,0KG

GANCHO; COM TIRA ADESIVA EM ESPUMA COM ADESIVO À BASE DE BORRACHA.;

REMOVÍVEL;

MATERIAL PLÁSTICO;

COR BRANCA;

SUPOORTA PESO DE ATÉ 3,0KG, APLICAÇÃO PARA PENDURAR OBJETOS EM SUPERFÍCIES COMO

VIDROS, MADEIRAS, SUPERFÍCIES METÁLICAS, PLÁSTICOS E SUPERFÍCIES LISAS EM GERAL.

Item : 26

Material: FITA,ADESIVA;DEMARCAÇÃO;PVC;PRETO;100MMX30M

FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO;

MATERIAL: PVC E ADESIVO ACRÍLICO DE ALTA RESISTÊNCIA;

COR: PRETO;

LARGURA: 100 MM;

COMPRIMENTO: 30 M;

APLICAÇÃO: DEMARCAR SOLO, SINALIZAR E DEMARCAR ÁREAS DE PASSAGEM, ETC.

Item : 27

Material: GRAMPO,PRESILHA;UNIVERSAL;NYLON;CINZA;7,6X22X20MM

GRAMPO PRESILHA TIPO ÁRVORE; UNIVERSAL; MATERIAL NYLON; COR CINZA; MEDIDAS 7,6X22X20MM (A - 7,6 MM; B - 22 MM; C - 20 MM); APLICAÇÃO DIVERSAS

Item : 28

Material: FITA,PTFE;0,13X30MM;260°C;RL10MTS

FITA; MATERIAL FIBRA DE VIDRO REVESTIDO COM PTFE (ARMALON); DIMENSÕES:
EXPESSURA:

0,13MM; LARGURA: 30MM; TEMPERATURA MÁXIMA SUPORTADA 260°C; ROLO DE 10
METROS

Item : 29

Material: MASSA,FURANICA;EPOXI;ANTICORROSIVA;BRANCA;1KG,APL REJUNTE

MASSA FURÂNICA; MATERIAL EPÓXI (BICOMPONENTE); ANTICORROSIVA;
IMPERMEÁVEL; SECAGEM

RÁPIDA; SUPERFÍCIE LISA; COR BRANCA; COMERCIALIZAÇÃO 1KG; APLICAÇÃO REJUNTE
INDUSTRIAL

Item : 30

Material: CALÇO,TRAPEZIO;PRETA;PP;3FUROS;MEDIO,APL TELHADO TR40

CALÇO; TRAPÉZIO; COR PRETA; MATERIAL POLIPROPILENO; COM 3 FUROS; TAMANHO
MÉDIO

MEDINDO APROXIMADAMENTE COMPRIMENTO 100MM; LARGURA 28MM; ALTURA
38MM; APLICAÇÃO

FIXAÇÃO DE TELHAS TRAPEZOIDAIS MODELO TR40

Item : 31

Material: BRITAMENTO,PEDRA;PO;Nº0;0,5MM-4,8MM;1M3;APL CONSTRUÇÃO CIVIL

BRITAMENTO DE ROCHA ?PÓ DE PEDRA/Nº 0?; FAIXA GRANULOMÉTRICA DIÂMETRO DAS
PARTÍCULAS

DE 0,5MM A 4,8MM; FORNECIMENTO 1 METRO CÚBICO; FABRICADO SEGUNDO AS NBR
7211, NBR

8522, NBR 9895; APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL

Item : 32

Material: FITA,ANTIDERRAPANTE;VINIL;IMPER;PRETA;50MM;RL5MTS

FITA; ANTIDERRAPANTE; A PRÓVA D?AGUA; MATERIAL VINIL IMPERMEABILIZANTE DE
ALTA

RESISTÊNCIA; COR PRETA; SUPERFÍCIE: TEXTURIZADA/GRANULADA COM ALTO COEFICIENTE DE

ATRITO; ADESIVO: ACRÍLICO DE ALTA PERFORMANCE; LARGURA 50 MM (5 CM); COMPRIMENTO

ROLO DE 5 METROS; IMPERMEABILIDADE TOTAL (RESISTENTE À ÁGUA, UMIDADE E LAVAGENS);

RESISTÊNCIA QUÍMICA: RESISTE A DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA; APLICAÇÃO SUPERFÍCIES LISAS, CERÂMICA, METAL, MADEIRA TRATADA, CONCRETO LISO

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

- I. os fatos;
- II. os argumentos apresentados;
- III. as provas eventualmente apresentadas;
- IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
- V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
- VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento

IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
Agravantes (até 50%)	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV**Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade**

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de _____ de 2__

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

